



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica Janeiro de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	5
Equador	6
Guiana	8
Peru.....	9
Suriname	10
Venezuela	11
OTCA	12

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de janeiro de 2025 na Bolívia foi marcado por um escândalo envolvendo o ex-ministro do *Meio Ambiente y Agua*, Alan Lisperguer, acusado de corrupção dentro do Ministério. Segundo o jornal *El Deber*, desde de outubro de 2024, Lisperguer e seu assessor estavam sendo investigados por “sérios indícios de responsabilidade penal por falsidade de declaração juramentada e enriquecimento ilícito” [1]. Como medida urgente, o presidente Luis Arce destituiu Lisperguer do cargo e nomeou Álvaro Ruiz como novo ministro do *Meio Ambiente y Agua*. Na cerimônia de posse, Arce ainda alertou para a baixa execução orçamentária que o Ministério boliviano estava tendo e cobrou que a nova gestão priorize a aplicação dos recursos para o cumprimento dos projetos e objetivos estipulados pelo governo nacional [2]. Por sua vez, em seu discurso de posse, o novo ministro declarou que irá trabalhar com transparência e “com zero tolerância para a corrupção”. Acrescentou que este trabalho só será possível com a união do ministério a municípios, províncias e comunidades indígenas [2]. Ruiz é o terceiro ministro do *Meio Ambiente y Aguas* do governo de Arce. O primeiro foi Juan Santos Cruz, que foi destituído e processado por cobrar multas milionárias para a adjudicação de obras [2].

Também no mês de janeiro, foram realizadas denúncias públicas de atividades minerais ilegais na Reserva Nacional de Vida Silvestre Amazônica Manuripi, envolvendo a presença de balsas em área de proteção. As denúncias foram feitas pelo governo de Pando, que pediu para que o governo central, em conformidade com a legislação ambiental, realize ações necessárias para garantir a proteção e a conservação dos recursos naturais da Reserva Manuripi [3]. A reserva apresenta uma superfície de aproximadamente 773 mil hectares e abriga uma variedade de espécies da fauna e flora amazônicas. Ao longo dos anos, vem sofrendo com ameaças da atividade madeireira ilegal, a extração seletiva de palmito e a contaminação de mercúrio no rio *Madre de Díos*. A senadora Corina Ferreira cobrou das autoridades uma resposta imediata para frear as atividades na reserva e alertou que os moradores “exigem ações imediatas do governo central e departamental para frear a destruição do ecossistema e deter o tráfico de combustível, que agrava a problemática em uma das regiões mais biodiversas do país” [3]. Em nota, tanto o ministro de *Minería y Metalurgia*, Alejandro Santos, quanto o ministro do *Meio Ambiente y Agua*, Álvaro Ruiz, demonstraram preocupação pelo que

está acontecendo na região de Pando e que anunciaram a mobilização de recursos para enfrentar os crimes ambientais [3].

Somado a estes eventos, a Bolívia vem sofrendo com altas chuvas, aumentando os alertas de emergência por transbordamento dos rios, inundações e outros desastres. No mês de janeiro, o número de municípios que decretaram “situação de desastre” subiu para 16, ao passo que o total de comunidades e municípios afetados somam 978 e 65, respectivamente, sendo La Paz e Cochabamba as regiões mais afetadas do país [4]. Segundo o vice-ministro da *Defensa Civil*, Juan Carlos Calvimontes, “estamos em um período extremamente crítico, e as previsões não são nada animadoras”. Calvimontes divulgou dados da Defesa Civil, registrados desde novembro de 2024, que demonstram que oito dos nove departamentos da Bolívia estão sendo afetados pelas variações climáticas. Com os novos desastres, o número de famílias afetadas subiu para 50.171 no período [5].

Por fim, no âmbito da política externa, Bolívia e Alemanha reforçaram um convênio bilateral em matéria de proteção da Amazônia e promoção de transição energética. A Bolívia receberá do governo alemão um montante de 54 milhões de euros para serem destinados aos projetos “*Protección y Gestión Sostenible de la Amazonía*”, “*Generación de Energía Renovable*” e “*Fortaleciendo la transición energética en Bolivia ProTransición*” [6]. Em sua fala na cerimônia de assinatura do convênio, a ministra das *Relaciones Exteriores*, Celinda Sosa, afirmou que, “com a cooperação alemã, enfrentamos desafios importantes em benefício de nosso povo, especialmente para as comunidades camponesas e os povos indígenas” [6].

Referências

- [1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/activan-alerta-migratoria-contra-exministro-lisperguer_502082/
- [2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/arce-revela-baja-ejecucion-en-ministerio-de-aguas-y-ruiz-promete-transparencia_501304/
- [3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/denuncian-actividades-mineras-ilegales-en-la-reserva-nacional-manuripi_501752/
- [4] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/suman-mas-de-84000-las-familias-afectadas-por-torrencales-lluvias-en-bolivia_501926/
- [5] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/estamos-en-un-periodo-extremadamente-critico-12-municipios-estan-declarados-en-desastre_501432/
- [6] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/01/23/20028/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em janeiro de 2025, novos dados confirmaram um aumento da degradação da floresta amazônica brasileira ao longo do ano passado, dando sequência a levantamentos similares que registramos no monitor de dezembro de 2024. Conforme divulgado desta vez pelo Imazon [1], o desmatamento na floresta caiu 7% em 2024, na comparação com 2023 – ainda que a área desmatada siga preocupante: 3.739 km², o que corresponde a cerca de mil campos de futebol derrubados por dia. Apesar desta queda, houve um aumento extraordinário de 497% no território degradado devido a queimadas: dos 6.092 km² destruídos em 2023, passou-se a 36.379 km² em 2024. Um terço do total destruído foi no estado do Pará. O fogo foi intensificado pela seca histórica na região em 2024, provocada, em parte, pelas mudanças climáticas.

No âmbito doméstico, o governo Lula foi cobrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a revisar seu plano de proteção da Amazônia. Um documento formal foi requisitado pelo STF em 2024 como uma medida para remediar falhas na política de proteção florestal e controle do desmatamento. No dia 27 de janeiro, o ministro André Mendonça avaliou que o plano submetido pelo governo no fim do ano passado não cumpriu plenamente as obrigações e exigiu, entre outros pontos, maior detalhamento de ações de órgãos ambientais federais e maior coordenação com governos subnacionais, como através da edição de uma norma pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para obrigar estados e municípios a integrar o Sistema Nacional de Controle de Origem dos Produtos Florestais (SINAFLOR) e a compartilhar dados sobre autorização para remoção de vegetação pelos estados [2].

Na política externa, o Ministério da Justiça anunciou que o governo federal deve inaugurar, em fevereiro, um centro de inteligência no Acre, na cidade de Cruzeiro do Sul, próxima à fronteira com o Peru. O objetivo será coibir o aumento do narcotráfico que se estima que ocorrerá após a inauguração, em novembro passado, do porto peruano de Chancay, o qual poderá ser usado pelo crime organizado para enviar drogas para a Ásia [3]. Por sua vez, a relação com a Venezuela foi marcada por um esfriamento político, depois que o presidente Lula não compareceu à posse de Nicolás Maduro para um terceiro mandato, no dia 10 de janeiro, dado que o Brasil não reconheceu sua vitória eleitoral no ano passado [4]. Contudo, o Ministério de Minas e Energia informou que projetos

técnicos de interconexão elétrica entre Venezuela e Roraima serão mantidos, com vistas a uma maior integração do Brasil com países amazônicos [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://imazon.org.br/imprensa/amazonia-fecha-2024-com-queda-de-7-no-desmatamento-mas-alta-de-497-na-degradacao/>
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/01/28/governo-deve-esclarecer-pontos-de-plano-de-protecao-da-amazonia-ao-stf/>
- [3] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/01/24/governo-vai-criar-centro-de-inteligencia-na-fronteira-com-peru.ghtml>
- [4] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/a-tres-dias-da-cerimonia-brasil-recebe-convite-para-posse-de-maduro/>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/01/16/brasil-defende-integracao-energetica-com-venezuela-apesar-de-relacoes-politicas-estremecidas.ghtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Em janeiro, o governo colombiano, seguindo o projeto de promover a transição climática, participou de encontros nos EUA. No dia 8 de janeiro, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, anunciou, em Washington, um plano de trabalho, que alcança os 40 bilhões de dólares em investimentos, com projetos em setores como transporte, energia e meio-ambiente. Dentre as empresas envolvidas, a ministra citou o interesse da Pepsi-Cola em iniciativas de agricultura regenerativa e de grupos envolvidos com logística, em combustíveis sustentáveis. Para Muhamad, “esses portfólios materializam o compromisso que a Colômbia tem com a Convenção do Clima em 2025 e será fundamental para quando chegarmos à COP30 no Brasil” [1].

Além do anúncio nos EUA, a ministra, no começo do ano, alertou para o período de baixos índices pluviométricos que devem ser registrados nos primeiros meses de 2025. Visando evitar uma nova temporada de incêndios, como em 2024, Muhamad promoveu a inauguração de um posto de comando unificado da Unidade de Gestão de Riscos (UNGRD). Apesar dos esforços, no dia 15 de janeiro, foi registrado um incêndio de grandes proporções no Parque Natural Chingaza, um dos principais de Bogotá. Durando mais de 13 horas, o prefeito, Carlos Fernando Galán, anunciou o envio de equipes com mais de 100 bombeiros e 30 caminhões [2]. Além disso, no dia 22 de janeiro foi registrado

outro grande incêndio. Em uma região de serra entre os municípios de Chía e Tabio, o fogo chegou a atingir uma área de quase 2 mil metros [3].

Por sua vez, no dia 20 de janeiro, dois grupos paramilitares entraram em conflito. O Estado Maior Central (EMC), liderado por Iván Mordisco, e a facção comandada por Calárca se enfrentaram na região de Calamar, no meio da floresta amazônica. Enquanto o primeiro grupo se recusou a participar de negociações de paz com o governo colombiano, o último está incluído no processo. Como demonstração de paz, Calárca ordenou o fim da exploração de madeira na região. Apesar de índices apontarem para uma redução de 38% no desmatamento local, a ofensiva do EMC gerou um novo aumento. Com isto, a preservação da biodiversidade naquela região está, em grande medida, sob controle do paramilitarismo [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-fortalece-alianzas-estrategicas-internacionales-para-la-transicion-energetica/>

[2] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/bogota-van-13-horas-de-incendio-en-el-parque-chingaza/>

[3] Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2025/01/22/grave-incendio-avanza-sin-control-y-amenaza-zonas-habitadas-en-chia-y-tabio-esto-es-lo-que-se-sabe/>

[4] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/facciones-del-emc-de-calarca-y-de-mordisco-sostienen-guerra-en-guaviare/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

No dia 10 de janeiro, o embaixador Andrés Montalvo Sosa, Representante Permanente do Equador nas Nações Unidas, assumiu a junta executiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos [1]. Nesta posição, ele ficará responsável por supervisionar e proporcionar orientação a estas organizações, além de promover as agendas de desenvolvimento sustentável, erradicação da pobreza, igualdade de gênero e construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

No dia 21 de janeiro, uma iniciativa combinada do Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) e do Programa Jovens em Ação promoveu um grande mutirão para reflorestar seções da floresta amazônica na província de Sucumbíos [2]. O

Programa Jovens em Ação é um auxílio, com duração de três meses e mensalidades de US\$400, oferecido para jovens de 18 a 29 anos e que emprega os jovens em atividades do governo ligadas ao enfrentamento das crises econômica, energética e ambiental. A atividade visa a recomposição da diversidade da flora nativa da região, semeando mais de 1265 espécies diferentes, bem como a capacitação técnica dos jovens para atuar em outras iniciativas semelhantes no futuro.

No dia 23, membros do MAATE e do Ministério de Energia e Minas do Equador participaram da iniciativa [PlanetGOLD](#), que visa fortalecer as capacidades do setor mineiro artesanal e de pequena escala (MAPE) [3]. Apoiada pelo PNUD e financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), a iniciativa promoveu uma série de oficinas em Zamora, La Maná e Macará e contou com a participação de mais de 100 autoridades e representantes das comunidades locais. Os encontros debateram propostas para a redução do uso de mercúrio na MAPE, a formalização do setor, o uso de tecnologias limpas, financiamento e capacitação contínua dos trabalhadores.

Já no dia 28, especialistas, lideranças e autoridades locais se reuniram em Quito para discutir a gestão de recursos hídricos transfronteiriços e a importância das bacias hidrográficas para a promoção do desenvolvimento sustentável na região [4]. Representantes do MAATE, do PNUD, do Escritório Regional da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) na América do Sul e da *Global Water Partnership*, falaram sobre os recursos e destacaram a importância da cooperação entre Equador, Peru e Colômbia em prol da preservação dos ecossistemas compartilhados, do bem-estar das comunidades e do desenvolvimento sustentável.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2025/01/10/ecuador-asume-la-presidencia-de-la-junta-ejecutiva-del-pnud-unfpa-y-unops-para-2025/>

[2] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-programa-jovenes-en-accion-junto-al-maate-impulsa-acciones-de-reforestacion-en-la-amazonia/>

[3] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/planetgold-ecuador-hacia-practicas-mineras-mas-sostenibles-y-libres-de-mercurio>

[4] Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/ecuador-lidera-el-dialogo-regional-sobre-la-gestion-de-las-aguas-transfronterizas>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 26 de dezembro de 2024, o *United States Export Import (US EXIM Bank)* (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (US EXIM, tradução nossa) autorizou um empréstimo de US\$ 527 milhões para o Ministério das Finanças da Guiana. O financiamento tem como objetivo viabilizar a construção de uma central de separação de gás natural, uma central elétrica de turbina a gás e serviços relacionados a gasodutos que transportariam gás das plataformas Liza-1 e Liza-2 até o território continental. O *US EXIM Bank* também promoverá estudos com o objetivo de comprovar a viabilidade do projeto. As plantas e a execução da empreitada serão realizadas pela *joint venture* CH4-Lindsayca, auxiliadas pelo consórcio liderado pela *ExxonMobil*, petrolífera com atividades no litoral do país [1][2][3]. Os novos investimentos sinalizam um aprofundamento da produção de combustíveis fósseis pela Guiana e de seu direcionamento sobretudo aos EUA.

O projeto promete benefícios à população, como uma suposta diminuição em 50% no preço da energia elétrica. No dia 2 de janeiro, o vice-presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, pronunciou-se sobre o projeto e, na ocasião, defendeu os termos acordados entre o banco estadunidense e o governo da Guiana [4]. Apesar das promessas, o projeto e o vice-presidente foram alvos de críticas que exigiam a demonstração dos estudos acerca da viabilidade do projeto. Os críticos, como Vincent Adams, ex-diretor executivo da Agência de Proteção Ambiental¹, apontam com desconfiança os resultados apresentados pelo *US EXIM Bank*, pois o banco, além de contrariar estudos feitos anteriormente, também não teria legitimidade para realizar estudos de cunho ambiental [5]. A polêmica ganhou vitalidade quando o banco, procurado por parte da sociedade civil guianesa, negou que faria algum estudo de viabilidade. A situação exigiu que Jagdeo explicasse que haverá uma empresa contratada pelo banco estadunidense para realizar os estudos referidos, cujo nome seria *Sargent and Lundy* [6].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.exim.gov/news/export-import-bank-united-states-board-directors-approves-more-526-million-for-guyanese-energy>

¹ *Environmental Protection Agency (EPA)*.

- [2] Disponível em: <https://www.reuters.com/business/energy/guyana-gas-to-energy-project-wins-initial-us-exim-bank-loan-guarantee-approval-2024-11-28/>
- [3] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2025/01/03/jagdeo-defends-4-interest-on-us-exim-bank-loan-for-gas-to-energy-project/>
- [4] Disponível em: <https://www.guyana-hc-south-africa.co.za/2025/01/03/financial-benefits-of-gas-to-energy-project-far-outweighs-debt-servicing-costs-jagdeo-highlights/>
- [5] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2025/01/04/show-us-the-feasibility-and-eia-studies-done-by-us-exim-bank-for-gas-to-energy-project-dr-adams/>
- [6] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2025/01/24/jagdeo-exposed-on-gas-to-energy-project/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No primeiro mês de 2025, a Amazônia não ocupou grande espaço na agenda do Poder Executivo no Peru. Identificamos apenas três eventos com relativa relevância: a participação de representantes do país no Fórum Econômico Mundial em Davos e em uma atividade sobre bioeconomia na embaixada britânica em Lima, além da aprovação, pelo governo da região de Ucayali, da Estratégia Regional de Mudança Climática para 2030.

Durante a reunião do Fórum Econômico Mundial, que este ano ocorreu entre os dias 20 e 24 de janeiro, um dos temas tratados no discurso do ministro das Relações Exteriores do Peru, Elmer Schialer Salcedo, foram as políticas de financiamento para a Amazônia. Salcedo criticou o baixo comprometimento da comunidade internacional com essa questão e convocou os participantes do evento a contribuir com o projeto peruano intitulado *Amazonía verde y resiliente*, que visa a ampliar o Programa Bosques, voltado para a redução do desmatamento na floresta [1].

O ministro do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, por sua vez, participou de um evento na Embaixada do Reino Unido em Lima sobre bioeconomia para fortalecer a aliança estratégica entre os dois países no que tange ao financiamento de projetos ambientais. O evento, que ocorreu no dia 28 de janeiro, reuniu representantes de entidades públicas, empresas privadas, instituições acadêmicas, associações indígenas e organizações internacionais. Durante a Mesa Executiva para o Desenvolvimento da Amazônia, foi apresentada a proposta de trabalho para desenvolver as cadeias de bionegócios prioritárias, como as de castanha e de *aguaje*, uma fruta típica da região. Segundo a proposta, essas cadeias produtivas seguiriam a lógica do desenvolvimento

sustentável, ampliando a disponibilidade de recursos na região, sem comprometer a biodiversidade nem o bem-estar da população local [2].

No âmbito doméstico, o governo da região de Ucayali aprovou a Estratégia Regional de Mudança Climática para 2030, um instrumento de gestão que tem como fim construir ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A aprovação é fruto de um esforço conjunto entre os três níveis de governo, a comunidade científica e diferentes atores dos setores público e privado. Contou, ainda, com a participação da agência estatal alemã GIZ e da Aliança Empresarial pela Amazônia (AEA) [3].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1095368-canciller-schialer-en-el-foro-economico-mundial-de-davos-invita-a-sumarse-a-la-iniciativa-peruana-amazonia-verde-y-resiliente>

[2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1098901-minam-consolida-alianzas-estrategicas-para-potenciar-los-bionegocios-en-nuestra-amazonia>

[3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1086231-ucayali-aprueba-estrategia-regional-de-cambio-climatico-al-2030>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em maio de 2025, ocorrerão eleições presidenciais no Suriname. O atual governo, sustentado por uma coalizão partidária, parece exibir algumas fraturas no que tange sua composição. O presidente Chandrikapersad Santokhi fez críticas públicas a Dinotia Vorswijk, Ministra da Política Fundiária e Gestão Florestal;² ao Ministro da Justiça e Polícia³, Kenneth Amoksi; e ao Ministério das Questões Sociais e Habitação⁴. Esses três Ministérios são atribuídos ao parceiro da coalizão, o Partido da Libertação Geral e do Desenvolvimento (ABOP)⁵, enquanto o partido do presidente é o Partido da Reforma Progressista⁶. As críticas apontam insuficiências acerca do trabalho realizado das pastas em questão, em um gesto político que insinua que parte das incapacidades do governo são principalmente culpa do parceiro da coalizão [1]. Não está claro ainda se as críticas à

² *Land Policy and Forest Management.*

³ *Justice and Police.*

⁴ *Social Affairs and Housing.*

⁵ *General Liberation and Development Party.*

⁶ *Progressive Reform Party.*

Ministra da Política Fundiária e Gestão Florestal levarão a uma mudança substancial no tratamento da Amazônia.

Além disso, no dia 6 de janeiro, o Embaixador dos Países Baixos para o Suriname, Walter Oostelbos, e o Ministro das Finanças e do Planejamento do Suriname, Stanley Raghoebarsing, assinaram um acordo financeiro para destinar 5 milhões de euros dos Países Baixos ao Suriname. O dinheiro foi direcionado para o *Production Credit Fund*, que tem o objetivo de financiar empreendimentos de médio e pequeno porte no país, inclusive na Amazônia. O acordo entre ex-colônia e ex-metrópole é fruto de uma promessa feita em 2020 e concretizada apenas agora pelos Países Baixos [2][3].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/01/07/president-santokhi-weer-kritisch-over-competenties-abop-ministers/>

[2] Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2025/01/07/nederlandse-bijdrage-aan-surinaams-productie-krediet-fonds/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Como desdobramento da “Operação Neblina”, no início de janeiro, foi realizada uma ação no estado do Amazonas. Nela, foram apreendidos e incinerados cerca de 5.000 quilos de maconha no município de Atabapo. Conduzida pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB), a operação foi considerada um “golpe certo” pelo Ministério do Interior, que detalhou que foram apreendidos 162 sacos, que continham mais de 4.800 pacotes de drogas. Nesse sentido, o superintendente nacional antidrogas, Danny Ferrer Sandra, assinalou que a Venezuela “se mantém forte e inabalável” na luta contra os narcóticos [1]. Com a efetivação dessa operação, o Amazonas se tornou o terceiro estado com a maior quantidade de entorpecentes apreendidos no país [2].

No que se refere a mineração ilegal, no dia 15 de janeiro a ONG SOS Orinoco voltou a alertar sobre como as atividades de mineração e desmatamento estão pondo em risco as bacias hidrográficas e as reservas hídricas da Amazônia venezuelana. Em conformidade com os dados divulgados pela ONG, ao menos 140.000 hectares de floresta desapareceram devido a atividades extrativistas no Arco Mineiro do Orinoco. Vale salientar que tal perda afeta tanto o ecossistema quanto os povos originários que vivem

na região. Em crítica à inação do governo bolivariano, a representante da organização, Cristina Burelli, afirmou que nos estados de Bolívar e Amazonas as autoridades poderiam frear o ingresso e a ação de grupos irregulares que praticam a mineração ilegal, mas isso não acontece. Burelli ainda questionou a razão de a Assembleia Nacional não ter posto em vigor a Lei Orgânica da Mega Reserva de Água Doce e Biodiversidade do Orinoco Sul e da Amazônia Venezuelana, que foi aprovada em 2018. Ela frisou que, nesse caso, não apenas representantes do governo, mas também da oposição, não entendem o propósito da lei, por acreditarem que a Venezuela segue sendo um país rico [3].

Ainda relacionado à mineração ilegal, um representante da etnia Yekuana e Sanema, Angelito Hernández, exigiu do presidente Nicolás Maduro o envio de autoridades do estado do Amazonas, representantes do Ministério Público e da Defensoria do Povo, ao Rio Paru. O intuito do envio seria o de “resolver conflitos internos”, posto que os povos indígenas do local são afetados pelas práticas ilegais. Hernández frisou que já foram feitas uma série de reclamações para as autoridades competentes, porém sem respostas. Por fim, os indígenas concederam um prazo de três dias para que o governo agisse e expulsasse os garimpeiros do Rio, além de removerem as máquinas usadas para a mineração ilegal. Caso contrário, dariam continuidade ao chamado “Plano Paru”, a partir do qual já destruíram 5 máquinas, 3 compensadores, 14 tambores, dentre outros equipamentos [4]. Até o momento, não foi divulgada uma resposta do governo.

Referências

- [1] Disponível em: https://www.elnacional.com/venezuela/la-fanb-incauto-5-000-kilos-de-marihuana-en-el-estado-amazonas/#google_vignette
- [2] Disponível em: <https://www.eluniversal.com/sucesos/198184/incinerados-mas-de-5-mil-kg-de-marihuana-incautada-en-amazonas>
- [3] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/actividades-en-el-arco-minero-del-orinoco-han-afectado-miles-de-hectareas-de-bosque/>
- [4] Disponível em: <https://efectococuyo.com/la-humanidad/etnia-yekuana-pide-a-maduro-frenar-la-mineria-ilegal/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 27 e 28 de janeiro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) organizou dois eventos em Brasília: a Mesa Redonda Internacional sobre a

Proteção Jurídica das Florestas na Pan-Amazônia e a Consulta Pública sobre a Lei Florestal Modelo [1]. As duas atividades contaram com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ocorreram nos marcos do projeto “Iniciativa Global da Lei Florestal Modelo” (MoFAI), cujo objetivo principal é oferecer diretrizes legais modernas e harmonizadas, adaptadas às necessidades dos países amazônicos. No dia 27, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da mesa-redonda junto a magistrados, diplomatas e especialistas, destacando que a OTCA representa a união dos países pan-amazônicos em prol da preservação do bioma [2].

O Ministro Antônio Herman Benjamin, presidente do STJ brasileiro, destacou que a proteção da Amazônia exige uma atuação conjunta, enquanto a juíza Vanessa Mateus, do Tribunal de Justiça de São Paulo, chamou atenção para a extensão dos crimes ambientais, como grilagem e desmatamento ilegal, que precisam ser monitorados. Os demais participantes afirmaram que “o meio ambiente não reconhece jurisdições” e por isso é importante unir esforços para a conformação de uma justiça integrada e comprometida com a segurança jurídica dos países da Amazônia. No dia 28, o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, participou de debates junto a representantes governamentais, cientistas e sociedade civil. Tanto Grazziotin quanto von Hildebrand destacaram a importância da Amazônia como bioma estratégico e a necessidade da coordenação de esforços para a criação de uma legislação mais eficiente que garanta a proteção jurídica das florestas.

No dia 30 de janeiro, a OTCA realizou, em Brasília, a primeira Mesa de Cooperantes [3]. O evento reuniu agências de cooperação, bancos de desenvolvimento e organismos multilaterais com o propósito de recolher investimentos e aumentar as capacidades dos países amazônicos para lidar com desafios ambientais e sociais. Com o intuito de consolidar uma abordagem integrada para a preservação da floresta, o evento contou com a participação do Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, que mais uma vez destacou a necessidade da atuação conjunta para evitar que o bioma chegue ao ponto de não retorno. Na mesma ocasião, a Secretaria Permanente da OTCA apresentou seu plano de trabalho para o ano de 2025, com foco na conservação da biodiversidade, monitoramento ambiental, bioeconomia e luta contra mudanças climáticas.

Os participantes também discutiram alternativas para fortalecer os mecanismos de financiamento para a proteção da Amazônia, convocando a comunidade internacional a

atuar em iniciativas para a obtenção de recursos. Além disso, eles também debateram o papel da Amazônia na COP-30, a inclusão da segurança alimentar na agenda de conservação do bioma, o uso de dados científicos e promoção de soluções inovadoras e como os países pan-amazônicos podem aumentar sua participação e protagonismo nas negociações climáticas internacionais. A reunião contou com a participação de membros do BID, do Banco Mundial, CAF, FAO, UNESCO, IICA, GIZ, ABC, UNODC, FONPLATA e embaixadas do Reino Unido, Suíça, Noruega, Países Baixos, França, Equador, Colômbia e Peru.

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/evento-discute-lei-florestal-modelo-para-a-pan-amazonia-em-brasilia/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/mesa-discute-harmonizacao-juridica-para-protetger-as-florestas-amazonicas-em-evento-no-stj/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-fortalece-aliancas-internacionais-para-a-protECAo-da-amazonia/>